



AEDOS

Revista do corpo discente
do PPG-História da UFRGS

História e política: Fontes documentais como lugares de memória e a análise do processo eleitoral de 1945 no Estado do Piauí

Jackson Dantas de Macedo¹

Marylu Alves de Oliveira²

Resumo: Esse artigo é o desdobramento de uma pesquisa que está sendo elaborada para o Programa de Pós-graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí. Sua proposta consiste em problematizar a organização do processo eleitoral ocorrido em 1945, a formação dos partidos políticos para a disputa do pleito, o alistamento dos eleitores e o resultado das eleições, voltando-se exclusivamente ao Estado do Piauí. As fontes analisadas para a construção desse estudo foram dados colhidos junto ao IBGE e ao TRE-PI, referentes ao alistamento eleitoral no Piauí em 1945 e ao resultado oficial do pleito, no que se refere ao número de votantes e organização dos trabalhadores. Além das fontes supracitadas, também trabalhamos com verbetes colhidos no site do CPDOC. Para darmos inteligibilidade às fontes, amparamo-nos em algumas produções historiográficas que versaram sobre o tema tanto no âmbito nacional, como voltadas ao Estado do Piauí.

Palavras chave: Memória. Política. Eleições.

Abstract: This article is an unfolding of a research that is being developed for the Postgraduate Program in History of Brazil of the Federal University of Piauí. Its proposal consists in problematizing the organization of the electoral process that took place in 1945, the formation of the political parties for the dispute of the election, the enlistment of the voters and the result of the elections, focused exclusively to the State of Piauí. The sources analyzed for the construction of this study were collected from IBGE and the TRE-PI, referring to the electoral enlistment in the Piauí in 1945 and the official result of the election, regarding the number of voters and workers' organization. In addition to the aforementioned sources, we also worked with entries collected on the CPDOC website. To give intelligibility to the sources, we rely on some historiographical productions that dealt with the theme, both at the national level and focused on the State of Piauí.

Keywords: Memory. Politics. Elections

Introdução

No campo político, os registros de um determinado período devem ser observados enquanto produto de instituições articuladas em torno do poder, que utilizam ferramentas

¹ Graduado em História pela Universidade Federal do Piauí, campus Senador Helvídeo Nunes de Barros - CSHNB-UFPI. Pós-Graduado em nível de especialização em História do Brasil pela Faculdade de Ciência e Educação do Capareó (FACEC). Mestrando em História do Brasil pelo Programa de Pós Graduação em História do Brasil - PPGHB-UFPI.

² Possui graduação em História pela Universidade Federal do Piauí (2005). Mestrado em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí (2008). Doutorado em História Social pela Universidade Federal do Ceará (2016).

discursivas e dispositivos de atuação por meio dos quais é possível construir e instituir, através do enquadramento da memória, um regime de verdades no cotidiano, ou sobre um determinado período, para a posteridade. Isso ocorre devido ao fato de existirem diversas versões memorialísticas sobre um determinado evento, constituído em meio a uma cadeia de símbolos, sobretudo pelo fato de existir uma pluralidade de culturas e significados atribuídos a diferentes sujeitos. Entre a memória nacional há diversas memórias e, também, memórias negociadas. Existem aqueles que constroem a memória e, ainda, existem os que a questionam por esta muitas vezes não corresponder aos fatos apresentados pelos registros memorialísticos de determinados grupos.³

Nossas reflexões abordam um ponto específico da história política brasileira no século XX, que ficou conhecido na memória coletiva enquanto *Redemocratização de 1945*.⁴ Em meio ao “jogo” e aos discursos que emanam tanto das instituições políticas quanto dos políticos institucionalizados que aspiram ao poder, a memória coletiva pode ser construída para ser a representação de um grupo ou uma conjuntura histórica através do enquadramento, tornando-se uma ferramenta pedagógica, meio de justificativa ou instrumento de uso tático ou estratégico.⁵ É nessa perspectiva que nos propomos a problematizar a organização do processo eleitoral ocorrido naquele ano, além da formação dos partidos políticos para a disputa do pleito, o alistamento dos eleitores e o resultado das eleições, voltando-nos exclusivamente ao Estado do Piauí.

O texto foi dividido em duas partes. Na primeira, elaboramos uma breve discussão teórica baseada no que seria a memória sob forma de registro e como ela pode nos ajudar a empreendermos leituras do passado. Consideramos a ideia de que a memória pode ser manejada e empregada para determinados fins, tanto no período de sua produção quanto *a posteriori*. Para a compreensão dessas questões levantadas sobre a memória, foram destacados os seguintes aspectos: a conjuntura política do ano de 1945; os Decretos-Lei empreendidos pelo governo federal referentes ao processo eleitoral; a criação e reinstituição de algumas instituições (especificamente a Justiça Eleitoral) e a forma como foi realizado o alistamento para aquele pleito.

³ A concepção de enquadramento da memória mencionada, diz respeito às reflexões estabelecidas por Michael Pollak em torno do tema. Cf. POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Tradução Dora Rocha Flaksman. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, vol. 2, n.3, 1989, p. 3-15.

⁴ O conceito de memória coletiva que nos orientamos, consiste nas categorias de pensamento de Maurice Halbwachs. Cf. HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução Laís Teles Benoir. São Paulo: Centauro, 2004.

⁵ Para entender o sentido empregado aqui aos termos tática e estratégia, cf. CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*. 3ª. ed. Tradução Ephaim Ferreira Alves. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

A segunda parte consiste em problematizar os dados apresentados na primeira, somados a outros, a fim de apresentarmos algumas possibilidades e questionamentos que consideramos pertinentes no que se refere ao processo eleitoral. Nesse momento, dialogamos com a perspectiva de memória coletiva, concebendo-a como uma construção dos grupos sociais. Esses grupos constituem os lugares de memória e, portanto, os *lugares* acabam determinando o que é memorável e não memorável.

Apropriados pelo Estado, como ferramenta político-pedagógica, os registros memorialísticos utilizados como fontes históricas podem construir mitos, acontecimentos, conceitos e eleger personalidades, ao passo que também podem corromper, desfigurar ou soterrá-los. Ademais, podem construir/reafirmar a imagem negativa de alguns indivíduos, eventos ou podem simplesmente silenciar diante de tudo isso. Consideramos a possibilidade de que alguns registros e narrativas memorialísticas tenham sido construídos para que, *a posteriori*, enquanto fontes históricas em potencial, pudessem refletir no presente de quem as utilizasse, uma história enquadrada aos interesses do período de sua produção. Enfim, a proposta desse artigo é levantar discussões em torno da possibilidade de interferência por agentes políticos em relação aos registros de um dado período, e também no cotidiano, como possibilidade de análise das práticas da política piauiense na primeira metade da década de 1940.

Organização do processo eleitoral, partidos e eleitores: os *lugares de memória* em construção.

Para Pierre Nora, lugares de memória têm necessariamente três sentidos, a saber: material, funcional e simbólico, em diferentes modulações. Nesta perspectiva, caberia ao material a noção de geração, por apontar a partir dos registros uma ideia de evolução, de passagem. Funcional por garantir a cristalização da lembrança e sua transmissão. Simbólico porque tem por finalidade transmitir e dar credibilidade às lembranças através de símbolos, filiações, mitologias e narrativas. O sentido simbólico tem como função caracterizar no imaginário um regime de verdades. Desse modo, as lembranças são transmitidas como experiência vivida de um determinado período.

A aceleração da história, o encurtamento das distâncias, a mescla de tradições, costumes e ideias que cada vez mais deslocavam os sujeitos do centro de suas tradições, esfacelando a memória coletiva e individual, levou o homem a designar refúgios para a preservação de memórias sob forma de registros que, na concepção de Pierre Nora (1993), passam a ser

histórias, isto é, discursos do passado sob forma de registro, pois a “necessidade de memória é uma necessidade da história” (NORA, 1993, p. 14).

Nenhuma época foi tão voluntariamente produtora de arquivos como a nossa [...] À medida que desaparece a memória tradicional, nos sentimos obrigados a acumular religiosamente vestígios, testemunhos, documentos, imagens, discursos, sinais visíveis do que foi, como se esse dossiê cada vez mais prolífero devesse se tornar prova em não sabe qual tribunal da história (NORA, 1993, p.15).

Entendemos, a partir da citação de Pierre Nora, que cabe ao historiador dar inteligibilidade a essas memórias apreendidas pelo registro. Não na certeza que encontrará uma verdade absoluta, ou mesmo que empreenderá a captura do passado como ele realmente foi, pois “o historiador não é bombeiro nem juiz, não resgata e não condena, tenta compreender, criticar, apontar contradições e estabelecer conexões plausíveis a partir de uma argumentação baseada em indícios deixados pelas fontes” (NAPOLITANO, 2014, p.19). Nesse sentido, não só os registros devem ser reanalisados, mas também a forma como eles foram constituídos, pois a memória enraizada nas imagens, objetos, documentos, monumentos, ou seja, no concreto, para perpetuar-se na existência e na história de um coletivo, também pode carregar um sentido pedagógico. Esta abordagem se interessa, portanto, “pelos processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e de formalização das memórias” (POLLAK, 1989, p. 4.).

O ano de 1945 iniciou sob a expectativa de serem tomados novos rumos na política nacional. No poder desde 1930, Getúlio Vargas completava quinze anos de governo, sendo oito deles uma ditadura. A incoerência entre política externa e interna, com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial e a vitória dos aliados sobre o eixo, contribuiu para que mudanças decisivas no cenário político brasileiro ocorressem.⁶ A palavra de ordem era democracia, e um processo de redemocratização começava a ganhar forma. Era incoerente apoiar o fim de regimes autoritários e manter um. A censura aos meios de comunicação e a proibição de partidos políticos vinha cessando desde 1941. Críticas começavam a serem expostas ao regime e uma oposição aguerrida insurgia, tanto a nível nacional, como nos Estados da federação. “Tudo indica que foi a partir do final do ano de 1941 que os primeiros esforços mais diretamente ligados com a questão de formação de um partido começaram a ser desenvolvidos no Brasil”

⁶ Os **Aliados** foram os países vencedores da Segunda Guerra Mundial. Esta aliança foi composta pelos seguintes países: Inglaterra, Rússia e Estados Unidos. Porém, vários outros países também integraram o grupo aliado na intenção de colaborar com o fim da guerra. O Brasil enviou tropas militares para combate na Segunda Guerra Mundial, após o afundamento de algumas embarcações brasileiras por submarinos alemães e uma “negociação” entre Brasil e Estados Unidos. Os **Países do Eixo** eram aqueles que reuniam as ideologias autoritárias na Segunda Guerra Mundial, englobando o nazismo e o fascismo. A aliança do eixo era composta pelos países Alemanha, Itália e Japão. Esses países acabaram perdendo a Segunda Guerra Mundial.

(GOMES, 2005, p. 267). Contudo, os partidos políticos só puderam ser oficializados a partir de 1945.

Embora a constituição de 1937 tornasse praticamente ilimitado o poder do Executivo, permitindo que este governasse por Decretos-Lei sobre qualquer matéria de competência legislativa, enquanto não se reunisse o parlamento nacional, não era permitido reforma ou emenda na constituição.

O emperamento burocrático e as dissensões não canalizadas institucionalmente, processos característicos de sistemas autoritários, começaram a gerar uma crise institucional que se iria combinar [...] com a oposição internacional entre democracias liberais e o fascismo, emprestando força talvez inesperada a oposição interna que se aglutinava na futura UDN (SOUZA, 1976, p. 110).

Pressionado pela oposição e pela imprensa oposicionista, sobretudo pela incoerência do apoio de um país que vivia um regime ditatorial com claras influências do modelo de propaganda governamental fascista, a liberdade, o Estado Novo estava desgastado e começava a declinar. A contrariedade de manter um governo ditatorial e mobilizar tropas para lutar contra regimes ditatoriais na Europa fortaleceu o discurso dos opositores do governo, que passaram a exigir eleições diretas. “Não obstante, a partir da lei Constitucional de 1938, Getúlio procedeu diversas modificações na carta de 1937” (SOUZA, 1976, p. 104) e, assim, decretou em 28 de fevereiro de 1945 a Lei Constitucional n.º 9, também chamada de Ato Adicional, que modificava artigos da Constituição e determinava que, dentro do prazo de noventa dias, seria fixada data para as eleições gerais.⁷ Isso constituiu um passo decisivo para o governo e seu legado.

A necessidade de preservação de memórias sob a forma de registros requer a existência de instituições produtoras de memória, e estas, fatalmente, estão correlatas ao meio social.⁸ Nelas são construídas classificações, símbolos e hierarquias. Algumas destas instituições são a Igreja, a Escola, a Família e o Estado. “A passagem da memória para a história obrigou cada grupo a redefinir sua identidade pela revitalização de sua própria história” (NORA, 1993, p. 13). O Estado, enquanto instituição produtora de memória, também partilha da necessidade de preservação de memórias e utiliza as instituições governamentais para tanto.

Com a Lei Constitucional de n.º 9, foi aberto o caminho para o processo de redemocratização no país e, aparentemente, tudo caminhava para que a eleição transcorresse

⁷ Disponível em: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-pi-espaco-memoria-destaques-da-2-fase-1945-a-1999>. Acesso em: 31/05/2018.

⁸ Cf. NORA, Pierre. *Entre Memória e História: A problemática dos lugares*. Proj. História. São Paulo. (10). Dez. 1993.

dentro da legalidade. Restavam apenas alguns ajustes burocráticos para a organização do pleito no que tange ao alistamento eleitoral, registro dos partidos e candidaturas. Assim, no dia 28 de maio de 1945, através do Decreto-lei n.º 7.856 emitido pelo presidente Getúlio Vargas, foi instituída novamente a Justiça Eleitoral, extinta desde 1937.⁹ É interessante ressaltar que, burocraticamente, o trâmite de organização do processo eleitoral ocorreu dentro do prazo estipulado, ou seja, exatamente três meses após a decretação da Lei Constitucional de nº 9, como estava previsto, foi reinstituída a Justiça Eleitoral. Reinstituído o órgão competente, toda a matéria eleitoral foi regulada, a saber: alistamento, sistema eleitoral, condições de elegibilidade, votação, apuração, partidos, recursos e crimes eleitorais. Nessa oportunidade, voltaram a existir também o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e os Tribunais Regionais Eleitorais (TRE) nas capitais e no Distrito Federal. Foram nomeados juízes eleitorais nas capitais e nas comarcas do interior do país.¹⁰ Todos os órgãos restituídos estavam ligados ao governo, funcionando como instituições produtoras de memória.

Em relação aos partidos políticos, é conveniente observar que, dos principais partidos que concorreram às eleições em 1945, só o PCB (Partido Comunista Brasileiro) existia antes da década de 1940, especificamente desde 1922, mesmo com constantes perseguições e recorrentes cassações da sua legalidade. O PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), que tinha Getúlio Vargas como seu ícone fundador, foi criado em março de 1945.¹¹ Muitos dos membros da UDN (União Democrática Nacional) já vinham se articulando enquanto oposição desde o início da década de 1940, mas somente no dia 7 de abril de 1945 se tornou de fato um partido.¹² Também vale ressaltar que somente o PSD (Partido Social Democrata) foi criado depois de restituída a Justiça Eleitoral, em junho de 1945, sendo que PTB e a UDN existiram por um curto período na ilegalidade. Ademais, é salutar registrar que o PCB só voltou à legalidade em outubro de 1945, isto é, cinco meses depois da restituição da justiça eleitoral e dois meses antes das eleições.¹³

Deste modo, em 7 de junho de 1945 foi instalado no Estado do Piauí o TRE-PI (Tribunal Regional Eleitoral do Piauí), na incumbência de promover o alistamento de todas as pessoas

⁹Disponível em: <http://www.tre-pi.jus.br/o-tre/o-tre-pi/memoria-e-cultura/evolucao-da-justica-eleitoral-no-brasil>. Acesso em: 31/05/2018.

¹⁰ Disponível em: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-pi-espaco-memoria-destaques-da-2-fase-1945-a-1999>. Acesso em: 31/05/2018.

¹¹Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/DireitosSociaisTrabalhistas/PTB>. Acesso em: 31/05/2018.

¹² Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/uniao-democratica-nacional-udn>. Acesso em: 31/05/2018.

¹³Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/QuestaoSocial/PartidoComunista>. Acesso em: 31/05/2018.

aptas a ir às urnas no dia 2 de dezembro de 1945, portanto, pouco menos de seis meses antes das eleições. Em um livro de memórias, o ex Interventor Federal no Estado do Piauí, Leônidas de Castro Melo, fez o registro do período.¹⁴

Só em 1945, quando a nação preparava-se para a nova fase constitucional, foi autorizada a criação de novos partidos. Surgiram então duas grandes organizações partidárias: o Partido Social Democrático (P.S.D), de apoio ao governo; e a União Democrática Nacional (U.D.N), de oposição[...]. Coube-me a honra de fundar a Seção Piauiense do Partido Social Democrático (P.S.D), o que se realizou na noite de 17 de junho de 1945[...] (MELO, 1976, p. 339).

Cabe ressaltar que, em 1945, Leônidas de Castro Melo completava dez anos de governo. No Piauí, o grupo político que estava fora do poder e que outrora havia desfrutado dos benefícios do mesmo, estava ávido a voltar, pois “sair do poder político poderia significar a perda de condições para sobreviver” (ASSUNÇÃO, 2005, p. 32, 33). Além de prestígio, possibilidades de alocação de parentes e apoiadores em cargos públicos, assim, entrar no poder político, poderia constituir exatamente o oposto. O historiador Francisco Alcides do Nascimento aponta que as disputas políticas nas décadas de 1930 e 1940 no Piauí basicamente giravam em torno do poder, e estas eram circunscritas a grupos de famílias.¹⁵ Nesse sentido, a criação da UDN no Piauí foi marcada pelo agrupamento de todas as facções políticas que

¹⁴ Leônidas de Castro Melo foi um médico, professor e político piauiense. Nasceu no dia 15 de agosto de 1897 em Barras do Marataoan, filho do comerciante Regino Lopes de Melo e de Maria Florença de Castro Melo. Mudou-se para a cidade de Teresina ainda jovem, onde deu continuidade aos estudos iniciados na cidade de Barras. Kursou os estudos secundários na Escola 21 de Abril em Teresina e posteriormente foi para o Rio de Janeiro onde, em 1920, foi diplomado médico. De volta ao Piauí, Leônidas de Castro Melo passou a exercer as funções de médico e professor no Colégio Estadual do Piauí. Exerceu diversos cargos em instituições de ensino na cidade de Teresina, sendo os mais importantes: diretor do Liceu Piauiense e da Escola Normal Oficial. Entrou na política em 1929, quando foi eleito vereador no Piauí, e daí então passou a exercer diferentes cargos no governo e participar ativamente da política piauiense. Foi conselheiro municipal de Teresina, presidente do Tribunal de Contas do Estado e fez parte do Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais. Em setembro de 1934, quando ocupava o cargo de Secretário Geral do governo, foi indicado pelo PSNP (Partido Nacional Socialista do Piauí) e pelo então interventor estadual Landri Sales Rodrigues à candidatura a governador do Estado. Esteve à frente do poder executivo no Piauí por dez anos, durante o governo Getúlio Vargas. Assumiu a cadeira de governador do Piauí em 3 de maio de 1935, após eleição pela Assembleia Legislativa, sendo nomeado interventor por Getúlio Vargas em 23 de novembro de 1937, após a instituição do Estado Novo, permanecendo no poder até 9 de novembro de 1945. Ainda no ano de 1945, foi o responsável por fundar e presidir a sessão piauiense do PSD (Partido Social Democrata). Leônidas de Castro Melo também ocupou os cargos de Deputado Federal (1951-1955) e Senador da República (1955-1963). Sua administração enquanto governador e posteriormente Interventor Federal priorizou as áreas da Educação e Saúde, além de ter mobilizado recursos para o melhoramento da infraestrutura do Estado. Durante o seu governo foram realizadas a conclusão da construção do Liceu Piauiense, a implantação de um grupo escolar em cada município do Estado, a construção do Hospital Getúlio Vargas em Teresina, a criação de postos de saúde no interior do Estado, a implantação do Corpo de Bombeiros, a instalação de serviços de telefonia e a construção de ponte metálica sobre o rio Parnaíba, ligando a cidade de Teresina ao Maranhão. Fontes: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/leonidas-de-castro-melo>. Acesso em 31/05/2018. NASCIMENTO, Francisco Alcides do. *A Revolução de 1930 no Piauí: 1928-1934*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994. GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Dicionário Histórico-biográfico Piauiense*. Teresina: Gráfica e Editora Júnior Ltda, 1993. 2º ed. 304 p.

¹⁵ Cf. NASCIMENTO, Francisco Alcides do. *A Revolução de 1930 no Piauí: 1928-1934*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

estiveram fora do poder – ou foram convidadas a se retirar durante o governo de Getúlio Vargas e Leônidas de Castro Melo – enquanto o PSD (Partido Social Democrata) comportava os grupos que naquela ocasião detinham o domínio político no Estado.

Responsável pelo alistamento eleitoral no Piauí, o TRE-PI seguia as diretrizes do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), comandado pelo ministro José Linhares, que também presidia o STF (Supremo Tribunal Federal). No que se refere ao alistamento eleitoral, as fontes nos informam o seguinte panorama: dos 47 municípios piauienses, 37 eram sede de comarcas e 10 eram distritos jurisdicionados por elas. O TRE-PI dividiu o estado em 39 Zonas Eleitorais, sendo duas em Teresina, duas em Parnaíba e as 35 restantes nas demais Comarcas. 39 juízes eleitorais foram nomeados para as 39 zonas eleitorais.¹⁶ Coincidência ou não, é importante ressaltar que José Linhares havia trabalhado na elaboração da legislação eleitoral e chegou aos cargos mencionados através da nomeação direta do presidente Getúlio Vargas.¹⁷ Mais tarde, no ato da deposição de Getúlio Vargas, José Linhares assumiu a presidência da República.

Tanto nos documentos fornecidos pelo TRE-PI como nos dados colhidos junto ao IBGE, o número de eleitores alistados é citado. De acordo com o TRE-PI, o número de eleitores alistados em 1945 foi 132 mil, correspondendo apenas a 15% da população total do Estado do Piauí.¹⁸ As prerrogativas para estar apto ao voto continuavam sendo as mesmas da Constituição de 1934, em que o voto só era direito dos maiores de 18 anos. Além disso, continuaram as exclusões de praxe: analfabetos, mendigos e militares. O alistamento continuava sendo feito mediante a qualificação e inscrição, sendo ambas *ex-officio* ou a requerimento do interessado. O alistamento eleitoral *ex-officio* para o pleito de 1945 consistia basicamente em uma inscrição feita em bloco, encabeçado por chefes de repartições públicas, entidades autárquicas, parentais, de economia mista, presidentes das seções da Ordem dos Advogados e presidentes de conselhos regionais de arquitetura e engenharia.¹⁹

O alistamento *ex-officio*[...] foi calculadamente estendido às massas menos esclarecidas, enquadradas pelas organizações fascistas e que tinham sido reduzidos, pelo Estado Novo, os sindicatos, possibilitando assim a inclusão dos analfabetos e dos estrangeiros[...] (FRANCO apud SOUZA, 1976, p. 121).

¹⁶Disponível em: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-pi-espaco-memoria-destaques-da-2-fase-1945-a-1999>. Acesso em: 31 de maio de 2018.

¹⁷Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/biografias/jose_linhares. Acesso em: 31/05/2018.

¹⁸Disponível em: <https://seculoxx.ibge.gov.br/populacionais-sociais-politicas-e-culturais/busca-por-temas/populacao>. Acesso em: 31 de maio de 2018.

¹⁹ Disponível em: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-pi-espaco-memoria-destaques-da-2-fase-1945-a-1999>. Acesso em: 31 de maio de 2018.

De qualquer maneira, neste momento, nos atentemos aos números oficiais divulgados pelas instituições vinculadas ao governo. Assim, reiteramos que, segundo o TRE-PI, foram alistadas 132 mil pessoas, entre ambos os sexos, para votarem nas eleições presidenciais de 1945. No entanto, os dados colhidos junto ao IBGE apontam outro número.

No IBGE, consta que foram alistados 132.455 eleitores, distribuídos em todos os municípios e zonas eleitorais do estado do Piauí.²⁰ Aqui, já percebemos uma diferença de 455 eleitores. Pode não parecer muito, mas em qualquer condição de disputa através de voto, um voto já é o bastante para decidir uma eleição. Desse modo, não podemos deixar de nos atentar na divergência de números relacionados a um processo eleitoral dentro de duas instituições do Estado. Porém, analisemos mais alguns números e informações.

Em 1945, a secretaria do TRE-PI contava com apenas 8 funcionários requisitados de outros órgãos públicos, dentre eles dois da 26ª Circunscrição do Serviço Militar, um da Recebedoria da Fazenda do Estado, uma professora do Departamento de Ensino e quatro servidores do Tribunal de Justiça do Estado.²¹ Os órgãos competentes restituídos para a organização do pleito pelo governo tiveram, entre seus funcionários, sujeitos nomeados pelo executivo, tanto federal como estadual. A partir da perspectiva de construção memorialística ajustada aos interesses das instituições que as produzem – e neste caso vinculadas ao Estado – consideramos a possibilidade de alguns registros de memória produzidos por essas instituições terem sido construídos intencionalmente, sob um processo de enquadramento da memória para estabelecer um regime de verdades sobre um fato ocorrido, tornando-o versão oficial.

Entretanto, se existirem diversas versões memorialísticas sobre um determinado evento, sobretudo pelo fato de existir uma pluralidade de culturas e significados atribuídos a diferentes sujeitos, as memórias de um determinado período podem apresentar conflitos, justamente por não corresponderem aos registros memorialísticos de determinados grupos ou sujeitos. Deste modo, apontado o número de votantes que o TRE-PI nos forneceu, traremos de volta mais adiante, para novamente discuti-los em conjunto com outros registros. Discutiremos, no próximo tópico, algumas questões do contexto político pré-eleições, a partir das memórias de Leônidas de Castro Melo, Interventor Federal na ocasião, e dos dados que os registros do TRE-PI e IBGE nos oferecem, destacando algumas possibilidades de reflexão em relação ao processo eleitoral.

²⁰Disponível em: <https://seculoxx.ibge.gov.br/populacionais-sociais-politicas-e-culturais/busca-por-temas/representacao-politica>. Acesso em: 31 de maio de 2018.

²¹ Disponível em: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-pi-espaco-memoria-destaques-da-2-fase-1945-a-1999>. Acesso em: 31/05/2018.

O processo eleitoral de 1945 no Piauí: uma possibilidade interpretativa

Assim como o Governo Federal, o governo do Estado do Piauí também enfrentava uma forte oposição. Políticos como Matias Olímpio, Esmaragdo de Freitas, Helvécio Coelho Rodrigues, José Cândido Ferraz, entre outros, formavam a dianteira da oposição aglomerados na UDN. Essa oposição centrava críticas contundentes ao exercício do poder político que se estabeleceu durante o Estado Novo na figura do interventor, Leônidas de Castro Melo. Até aquele momento, no Piauí, diversas obras públicas haviam sido empreendidas para o melhoramento da infraestrutura da cidade de Teresina, contudo, devemos ressaltar a truculência policialesca instituída pelo poder público.²² Dessa questão, há um dado que merece ser levado em consideração e analisado sob a perspectiva na qual estamos construindo esta pesquisa, pois, além de interferir no cotidiano dos sujeitos envolvidos, atua no campo material e simbólico, enquanto prática e representação dentro do campo político. Trata-se dos incêndios criminosos em casas de moradores da cidade de Teresina ocorridos entre a década de 1930 e 1940.²³

A modernização de Teresina não contemplou toda a população, sobretudo pessoas de menor poder aquisitivo e que residiam nas zonas periféricas da capital. Além disso, Nascimento (2002) relata a ocorrência de incêndios criminosos em casas que tinham palha como cobertura de sua estrutura. Não podemos estimar se todos os moradores das “casas de palha” eram indivíduos notórios da sociedade teresinense, que tinham um emprego fixo, ou até mesmo registrado. Mas há de se imaginar – e até pelas condições das residências – que a maioria desses sujeitos não eram aristocratas.²⁴ Possivelmente, a maior parte deles era de trabalhadores teresinenses com suas famílias, pessoas simples, de baixo poder aquisitivo, além de migrantes do interior do Estado que se deslocaram para a capital em busca de trabalho e melhores condições de sobrevivência.

Devido aos incêndios, algumas pessoas morreram, muitas ficaram desabrigadas e perderam os poucos bens materiais que possuíam, consumidos pelas chamas. Os incêndios começaram a ocorrer ainda no final da década de 1930 e se estenderam à década de 1940, onde

²² Cf. NASCIMENTO, Francisco Alcides. *A cidade sob o fogo: modernização e violência policial em Teresina (1937-1945)*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2002.

²³ Os incêndios criminosos que ocorreram na cidade de Teresina, entre as décadas de 1930 e 1940, atingiram uma larga parcela da população de menor poder aquisitivo da cidade. Muitas pessoas perderam suas casas, outras perderam a vida. Os incêndios, a violência policial e a ação do poder público no Estado do Piauí, foram estudados por alguns historiadores, jornalistas e literatos. Dentre as publicações que abordaram o tema, destacam-se *A cidade sob o fogo*, do historiador Francisco Alcides do Nascimento, publicada no ano de 2002 e também a obra literária *Palha de Arroz*, de Fontes Ibiapina, reeditada em 2004.

²⁴ A cobertura de palha, além de ser uma opção mais barata, fazia parte da cultura do Estado do Piauí, uma vez que a palha colaborava para amenizar a temperatura no interior das casas. Cf. NASCIMENTO, Francisco Alcides. *A cidade sob o fogo: modernização e violência policial em Teresina (1937-1945)*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2002.

se tornaram cada vez mais intensos, de forma que o governo estadual resolveu tomar algumas medidas.

A intensidade dos incêndios de 1941 motivou a proposta de criação dentro da força pública, de um grupamento de bombeiros. No ano seguinte, Evilásio Vilanova²⁵ viajou para o rio de janeiro para adquirir equipamento material. O Decreto-Lei n.738 de 29 de 1942 abre crédito especial de Cr\$ 163.507,90 (cento e sessenta e três mil quinhentos e sete cruzeiros e noventa centavos), para pagamento da aquisição e transporte de três carros tanques destinados a Sessão de Bombeiros da força policial do Estado (NASCIMENTO, 2002, p. 102).

A censura coibiu a divulgação de matérias jornalísticas no Estado do Piauí que mencionassem os incêndios.²⁶ Denúncias de tortura, espancamentos e sumiços de pessoas, violência policial empreendida na tentativa de eleger um culpado, faziam parte do cotidiano dos moradores da capital do Piauí. Para além disso, diversos outros problemas contribuíam para o desgaste do governo, entre eles críticas a apadrinhamentos políticos, sendo que um deles estava diretamente ligado ao interventor. Um desses apadrinhamentos foi o que ficou conhecido como “o caso dos Desembargadores”, ocorrido quando Leônidas de Castro Melo resolveu aposentar alguns desses magistrados para a nomeação de outros. Curiosamente, entre os Desembargadores nomeados, um era seu irmão, Eurípedes de Castro Melo.²⁷

Acreditamos que todos esses eventos não tiveram uma representação efêmera em meio ao campo social. Ao contrário, é possível que esses eventos possam ter contribuído para o desgaste da imagem do governo piauiense perante a população. Sendo o tempo dinâmico e os sujeitos sempre atravessados por diversas lembranças, valores e crenças do meio em que vivem, que os influenciam e os modificam constantemente dentro de um devir, as memórias são produto das relações individuais e coletivas dos sujeitos entre si no campo social. Essas relações engendram os fatos sociais que, por sua vez, constituem pontos de dispositivos de memória. Para Maurice Halbwachs (2004), a memória é um fato social, construído pelos grupos sociais em interação. Esta, por seu turno, pode ser conflituosa, traumática, amistosa ou agradável.

Para que nossa memória se auxilie com a dos outros, não basta que eles nos tragam seus depoimentos: é necessário ainda que ela não tenha cessado de concordar com suas memórias e que haja bastante pontos de contato entre uma e outras para que a lembrança que nos recordam possa ser reconstruída sobre um fundamento comum (HALBWACHS, 2004, p. 34).

²⁵ Major do Exército, 39º comandante da Polícia Militar do Estado do Piauí. Esteve no Cargo entre 1940 e 1942, em que foi substituído pelo Tenente Coronel da Polícia Militar, Joaquim Ferreira da Silva. Disponível em: <http://www.pm.pi.gov.br/comandantes.php>. Acesso em: 31/05/2018.

²⁶ Cf. NASCIMENTO, Francisco Alcides. *A cidade sob o fogo: modernização e violência policial em Teresina (1937-1945)*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2002.

²⁷ Cf. NASCIMENTO, Francisco Alcides. *A cidade sob o fogo: modernização e violência policial em Teresina (1937-1945)*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2002.

A relação do testemunho do “eu” e do “outro” deve ser harmoniosa, no sentido em que ambos devem se entender enquanto membros de um mesmo grupo, isto é, devem existir pontos de orientação, inteligibilidade e sensibilidades que liguem os indivíduos, pois “o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou, mas que toma emprestado de seu ambiente” (HALBWACHS, 2004, p. 72).²⁸ No seu livro de memórias, Leônidas de Castro Melo compartilha suas recordações da campanha eleitoral de 1945, ressaltando o seguinte cenário:

Em outubro de 1945 a campanha eleitoral no Piauí estava no seu apogeu, com tremenda exaltação de ânimos. A UDN nos seus comícios fazia da agressividade ao interventor, meio de conduzir-me a prática de violências que pudessem ser exploradas em seu proveito [...] A aposentadoria dos Desembargadores; os incêndios em Teresina; crimes ocorridos no interior, eram temas preferidos atribuídos ao interventor, sistematicamente evocados por todos os oradores (MELO, 1976, p. 353).

Leônidas de Castro Melo, em seu livro de memórias, reforça os aspectos apontados por Maurice Halbwachs a respeito da Memória Coletiva. Por mais que o ex-interventor negasse os fatos atribuídos ao seu exercício político, este acaba por trilhar os mesmos esquemas narrativos impostos pela Memória Coletiva para se desassociar dos crimes imputados a sua figura. Tal empreendimento possibilita reconhecer os meandros que envolvem a captura individual dos aspectos sociais. Apesar de existir uma consciência individual que dá forma às ações dos sujeitos, possibilitando interpretações dos contextos históricos, sabemos que toda produção de enquadramento da memória individual contém certa convergência com a coletividade. Esta, por sua vez, sempre é produto de um certo grupo que se estabelece no campo social. Os sujeitos a todo momento se encontram atravessados por diversas lembranças de grupos diferentes.

Apesar de tudo, para Leônidas de Castro Melo, até o momento de sua saída do governo, as condutas e ações políticas pareciam transcorrer com uma relativa tranquilidade. No contexto nacional, Getúlio Vargas dizia que não queria mais permanecer no cargo, relutava em lançar uma eventual candidatura e apontava que estava cansado.²⁹ Mas nada parecia desencaminhado. Mesmo que Getúlio Vargas não fosse candidato, o PSD havia nascido do ventre do governo, tinha sua base eleitoral calcada nas interventorias estaduais e Eurico Gaspar Dutra, candidato à presidência pelo PSD, era amigo de Leônidas de Castro Melo. O que poderia dar errado?

²⁸ Nesse ponto específico, utilizamos a palavra *grupo* no singular porque, com base nas concepções halbwachianas, nossas memórias estão atravessadas pelas memórias de outros grupos, tais como trabalhadores, estudantes, eleitores, caminhoneiros, etc. No entanto, estes vários grupos estão inseridos em um espaço maior, que é a sociedade. Assim, neste ponto em particular, nos referimos ao grupo mais amplo, a sociedade como um todo.

²⁹ Cf. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O tempo do Nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

[...] a 29 de Outubro, a menos de sessenta dias da eleição, sobreveio inesperadamente, grande catástrofe que eu nunca pensara poder acontecer e nem de leve jamais me passara pela mente: os dois candidatos à presidência da república, General Eurico Dutra (P.S.D) e o Brigadeiro Eduardo Gomes (U.D.N), ambos, então, as mais prestigiosas figuras das Forças Armadas, uniram-se e depuseram Getúlio Vargas, entregando o governo da nação ao presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Linhares, até a realização das eleições. Estava assim eu, automaticamente, e de modo inesperado, destituído da interventoria. Ao receber a notícia fiquei atordoado, tal o choque. No meu atordoamento divisava, entretanto, uma réstia de esperança: o general Dutra sempre me distinguira, sempre se mostrava meu amigo (MELO, 1976, p. 353-354).

Leônidas de Castro Melo não desanimou. Passado o choque, em suas palavras, estabeleceram-se algumas reuniões e, como o próprio Melo (1976) cita, a vida seguiria. O jogo político não poderia parar. Melo permaneceu fiel ao seu partido e continuou apoiando Eurico Gaspar Dutra, mesmo depois de destituído do cargo. A vitória do PSD a nível nacional poderia lograr algum tipo de benefício, uma vez que, além de ser o presidente da sessão do partido no Piauí, era um político, médico e professor com experiência. No âmbito político, seguiu atuando em favor dos candidatos *pessedistas*:

Na semana seguinte em que deixei o governo prossegui com os comícios em Teresina, centro e subúrbios, e organizei caravanas que percorreriam o interior. A todos os comícios eu comparecia e era um dos oradores[...], visitei Picos, Floriano, Parnaíba e todas as cidades do norte e centro do Estado, em todas realizando entusiásticos comícios (MELO, 1976, p. 353-354).

O ex-Interventor estava confiante para o pleito, pois acreditava ter feito um bom trabalho de administração. Durante o exercício de seu poder político, havia tecido amizades pelo interior do Estado e mais, Getúlio Vargas estava apoiando o candidato à presidência da República pelo PSD. Além disso, os historiadores Francisco Alcides do Nascimento e Rosângela Assunção apontam a inexistência de registros que deem visibilidade a movimentos contestatórios ao governo por parte da classe trabalhadora, em especial os mais pobres, durante todo o período da sua administração.³⁰

Chegado o dia 2 de dezembro, o pleito ocorreu como previsto pela justiça eleitoral. Ao somarem os votos para presidente no Piauí, a constatação de uma nova ordem política surgiria aos antigos signatários dos *pessedistas*: Eduardo Gomes (UDN) vencera no Piauí com 58.739 votos. Eurico Gaspar Dutra (PSD/PTB) obteve 51.229; Yedo Fiúza (PCB), 548; Rolin Telles (PAN), 1. Os votos em branco somaram a quantia de 2.256 e os nulos 1.058. Somando todos estes votos, obtemos o número de 113.831 votos destinados a presidente da República no estado

³⁰ Cf. NASCIMENTO, Francisco Alcides do. *A cidade sob o Fogo: Modernização e violência policial em Teresina (1937-1945)*. P. 73. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2002. Cf. ASSUNÇÃO, Rosângela. *A política trabalhista na era Vargas e a construção da memória dos portuários de Teresina (1930-1954)*. / Rosângela Assunção, Teresina: UFPI, 2005. Dissertação (mestrado) UFPI.

do Piauí. De maneira preliminar e com base nos dados do TRE-PI, temos um número de 18.169 eleitores que não compareceram às urnas.

A partir dos dados eleitorais coletados junto ao site do IBGE, foi possível verificar que esta instituição considera que os números foram outros. Para presidente, no Piauí, a votação foi a seguinte: Eduardo Gomes (UDN) 56.800, Eurico Gaspar Dutra (PSD/PTB) 48.993, Yedo Fiúza (PCB) 548, Rolin Telles (PAN) 1. O IBGE não informou o número de votos brancos e nulos. Se somarmos a quantidade de votos dos candidatos a presidente no Estado do Piauí, apontados pelo IBGE, chegamos ao seguinte número: 106.342 votos. Porém, o IBGE dá o número total de comparecimento às eleições totalizando 113.831 votantes. Se partirmos do número de eleitores cadastrados para a eleição de 1945, apontados pelo IBGE, constatamos que houve 26.113 pessoas que não compareceram às urnas. O fato do IBGE não fornecer o número de votos brancos e nulos é intrigante, uma vez que os votos em branco naquele período eram computados ao candidato vencedor.

O número total de votantes é igual, mas o número de pessoas aptas a votar difere, assim como o número dos que não compareceram às urnas. Para o TRE-PI não teriam comparecido às eleições 18.169; para o IBGE 26.113. Ou seja, uma diferença de 7.944 votos. Se somarmos apenas os votos brancos e nulos apontados pelo TRE-PI, chegaremos ao número de 3.314 votos. Este número ainda é distante se observarmos a diferença entre os não comparecimentos, ou seja, se, com base nos dados do IBGE, tentássemos imaginar que os brancos e nulos estariam inclusos entre os que não compareceram, ainda assim a diferença entre os números apresentaria divergência de 4.630 votos. Quantia expressiva. Voltamos a ressaltar, em um processo eleitoral democrático, um voto faz diferença, pois pode significar a vitória ou a derrota.

Mas há outro detalhe importante. Reparem que o número de votos entre os candidatos da UDN e PSD difere nos dados dos dois órgãos, enquanto o número de votos dos candidatos dos outros dois partidos permanece o mesmo. Entre os dados do TRE-PI e IBGE, para Eduardo Gomes há uma diferença de 1.939 votos; para Dutra a diferença é de 2.236 votos. Quantias que também fazem diferença no resultado final. Não satisfeitos com estes resultados gerais, resolvemos nos aprofundar e analisar os resultados da votação por município, observando o sufrágio de cada um dos 47 municípios.

Ao somarmos o resultado das votações em cada município do Estado do Piauí, chegamos aos seguintes números: Eduardo Gomes (UDN) 53.832 votos e Eurico Gaspar Dutra (PSD) 51.229. Estes números foram adquiridos a partir de fontes do TRE-PI. Não obtivemos acesso aos números da votação por município junto ao IBGE. No entanto, em valores gerais,

estes números diferem dos que são apresentados como valores gerais pelas duas instituições, salvo o número da votação para Eurico Gaspar Dutra que, nos dados do TRE-PI, confere.

Para o TRE-PI, em um resultado geral, Eduardo Gomes Venceu com 58.739 votos. Segundo o IBGE, Gomes venceu com 56.800 votos. Ainda de acordo com o TRE-PI, contabilizando os votos de cada município, Eduardo Gomes vence com 53.832. Se anexarmos os votos em branco a este último número, o valor vai ser de 56.088 votos, o que ainda difere do resultado geral.

Conforme o TRE-PI, em um resultado geral, Eurico Gaspar Dutra obteve 51.229 votos. De acordo com o IBGE, Dutra obteve 48.993 votos. Para este mesmo TRE-PI, que já citamos, contabilizando o número de votos por municípios, Dutra obteve 51.229 votos. Portanto, pelo menos para Dutra, o resultado do TRE-PI está correto. Nesta instituição, não notamos divergências na votação de Dutra. Agora, entre TRE-PI e IBGE, a votação de Eurico Gaspar Dutra tem uma queda de 2.236 votos.

Se analisarmos a situação de Eduardo Gomes, chegaremos às seguintes conclusões: entre o resultado geral apontado pelo IBGE em relação ao do TRE-PI, Eduardo Gomes perde 1.939 votos. No resultado por municípios, dentro dos dados do TRE-PI, Gomes perde 4.907 votos. Entre os resultados dos municípios e o IBGE, Eduardo Gomes perde 4.839 votos. É verdade que nessas análises ambos os candidatos perdem votos, porém, Eduardo Gomes é o que mais perde votos, embora tenha vencido. Mas analisemos um outro ponto importante, o número de eleitores. Para estar apto à votação na eleição de 1945, a condição de ser alfabetizado era uma prerrogativa, pelo menos em tese.

Para confirmarmos o número de pessoas alfabetizadas no estado do Piauí naquele momento, era necessário que obtivéssemos os dados. Não conseguimos ter acesso a nenhum percentual estimativo no número de pessoas alfabetizadas no estado do Piauí no ano de 1945. Aliás, não encontramos este dado referente a nenhum Estado. Encontramos dados de matrículas escolares, mas que não especificavam a idade dos estudantes matriculados, o que não nos torna possível fazer um mapeamento de quantos sujeitos com dezoito anos estavam matriculados. Ora, uma pessoa com dezoito anos ainda poderia estar cursando o ensino primário naquele período que, em tese, era para ser o ensino infantil. Dessa maneira, recorreremos aos dados de 1940.

O número de pessoas com dezoito anos ou mais alfabetizadas no Piauí em 1940, dado recolhido junto ao IBGE, era de 88.121 pessoas. Essa estimativa foi feita entre a década de 1920 e 1940, apontando um crescimento de 4,3% em 20 anos. Não encontramos registros de que tenha havido um vertiginoso crescimento no percentual de pessoas instruídas pelo sistema de

ensino público no Piauí da década de 1940, alfabetizando 43.879 pessoas em apenas cinco anos, pois só assim chegaríamos ao número de alistados para as eleições em 1945 apontados pelo TRE-PI, que é de 132 mil pessoas. Algumas fontes apontam que, durante o governo Leônidas de Castro Melo, a educação recebeu atenção privilegiada por parte do poder público, sendo construídos diversos grupos escolares nos municípios do Estado do Piauí, mas não dispomos de dados que atestem as idades dos estudantes matriculados e nem o funcionamento regular de tais escolas. Além disso, em 1940 não existia a possibilidade real de eleições diretas. Esta foi se construindo no percurso até 1945. Também é importante lembrar que o TRE-PI só foi instituído pouco menos de seis meses antes das eleições. Não temos os dados da população alfabetizada em 1945, mas, com base na estimativa apresentada, podemos avaliar que a probabilidade de 43.879 pessoas terem sido alfabetizadas em cinco anos é baixa.

O percentual de pessoas alfabetizadas pode até ter aumentado, mas também pode ter diminuído por diversos motivos, entre eles migração ou óbito. Para além disso, analisamos o número de trabalhadores que desempenhavam funções que não eram agricultura, pecuária ou serviços domésticos. Os dados apontam que estas pessoas trabalhavam nas cidades de maior porte e o número verificado é de 63.193 pessoas. Entretanto, não podemos analisar este número de trabalhadores sem imaginar que, no mínimo, uma parte deles também está inclusa no número de pessoas alfabetizadas. Se considerássemos que todos eram alfabetizados e somássemos esse número com o total geral de pessoas alfabetizadas, o número seria superior ao de eleitores alistados para votar. A soma traria o número de 151.314 eleitores. Por outro lado, também não podemos afirmar que este número de trabalhadores permaneceu o mesmo entre 1940 e 1945.

Em um derradeiro esforço, poderíamos levar em conta o percentual de pessoas que haviam adquirido a carteira de trabalho junto ao ministério. Esta cifra, no Piauí, contabilizada durante todo o período do governo de Getúlio e, portanto, antes e durante o Estado Novo, é de 16.139 pessoas. Mas essa quantia também pode estar inserida nos dois grupos, tanto de trabalhadores urbanos, como de pessoas alfabetizadas. Se somarmos este dado com o número de pessoas alfabetizadas, chegaremos a seguinte soma: 104.206. Este número se aproxima da estimativa de votantes dado pelo IBGE, mas ainda fica distante do percentual de eleitores cadastrados. Não conseguimos estabelecer uma divisão precisa entre os sujeitos que estavam inclusos no grupo dos trabalhadores e eram considerados alfabetizados, ou mesmo possuíam carteira profissional e não estavam exercendo algum trabalho. O que fica evidente é que, a partir das prerrogativas constitucionais para o alistamento eleitoral, levando em consideração a alfabetização no Piauí, 88.121 pessoas estariam aptas a votar. Então, como se explica o número de eleitores cadastrados para as eleições de 1945 no Piauí?

O alistamento *ex-officio* é a resposta. Mas este tipo de alistamento, como já ressaltamos, burla a própria prerrogativa da lei eleitoral de 1945, a qual exigia que o indivíduo fosse alfabetizado. Dados os mecanismos do alistamento *ex-officio*, não podemos nos esquecer que o eleitorado rural também pode entrar nesta soma através do alistamento em bloco feito pelos “chefes” locais. Mesmo que tenham ensinado 43.879 pessoas a assinar pelo menos o seu nome e reconhecer o nome do candidato na cédula de votação, considerar um indivíduo alfabetizado apenas por ele ser capaz de assinar o próprio nome e reconhecer um outro não o faz alfabetizado, mesmo para aquele contexto. Claramente há uma contravenção à lei eleitoral de 1945, ou, no mínimo, uma conveniente facilitação do alistamento. Desta forma, o alistamento eleitoral teria sido fraudulento? Como isso pode ter ocorrido?

A lei constitucional de n.º 9, que mantinha em vigência a Lei n.º 2 de 1938, a qual não permitia a aposentadoria de servidores públicos civis e militares, manteve-se em vigor até a constituição de 1946, portanto, depois das eleições presidenciais. Possivelmente isso vigorou em todo o Brasil. Neste sentido, podemos levantar a seguinte hipótese: O próprio Estado preparou uma engrenagem constitucional através de funcionários públicos, nomeados pelo poder executivo, que poderiam ser agentes políticos dentro das instituições, travestidos de simples funcionários, a fim de garantir o controle do processo eleitoral. Não se trata de apenas uma contagem de votos, ver quem venceu ou perdeu, e sim da possibilidade de fraude em um processo que – através da narrativa empreendida pelos dispositivos estatais e outros lugares produtores de memória, como jornais, revistas ou produções audiovisuais – foi descrito na história nacional enquanto processo de redemocratização de 1945.

Considerações finais

A partir do exercício proposto, podemos considerar que 1945 foi um período na história do Brasil que marcou a inserção de um maior número de sujeitos no campo político, inserção essa possibilitada através do voto. Poder votar foi compreendido como poder decidir por si e pelas demais pessoas que participam de um processo democrático, no que se refere a eleição de sujeitos políticos. Getúlio Vargas inaugurou um modelo de se fazer política no Brasil, dando visibilidade e poder decisório aos sujeitos trabalhadores, incorporando-os no cenário político como votantes. Nenhum outro partido ou candidato à presidência da república, depois do primeiro governo de Getúlio Vargas, deixou de incorporar ao seu discurso a importância do trabalho e da democracia.

Com base na leitura das memórias e nas múltiplas possibilidades de observação do passado que elas apresentaram, podemos vislumbrar uma chave de interpretação do período que nos propomos a debater. Especulamos que, junto com a redemocratização de 1945, é possível que tenha havido a construção de uma engrenagem constitucional em conjunto com a legislação eleitoral, fruto da Lei Constitucional de Nº 9, e da atualização do Código Eleitoral pelo Decreto Nº 7.586 de 1945, a fim de assegurar ao governo o controle majoritário das mudanças que viessem a ser realizadas no cenário político institucional, o que não excluiu o Piauí. Neste Estado, com base nos dados apresentados e na análise feita a partir deles, fica evidente que há uma divergência. Se nos outros Estados essa prática também tiver ocorrido, podemos auferir que possivelmente houve uma fraude nas eleições de 1945 e o processo de redemocratização não teria ocorrido de forma tão democrática assim.

Apesar do direito ao voto ter sido estendido a uma parcela da população e, mesmo tendo ocorrido o pleito nos prazos legais, facções políticas podem ter influenciado no resultado, no que tange a práticas comumente utilizadas antes da tomada de poder em 1930. Como exemplo dessa questão, podemos apontar um caso fartamente mencionado na imprensa local. O ex-interventor Leônidas Melo se tornou grato a Eurico Dutra devido à intervenção do Ministro da Guerra, no caso já mencionado anteriormente no texto, da aposentadoria compulsória dos três desembargadores piauienses. Como já apontando, Leônidas Melo promoveu essa decisão autoritária para favorecer seu irmão na assunção da função de desembargador no Estado. A atuação de Dutra protegendo a decisão arbitrária de Melo teve como desdobramento, anos depois, o apoio eleitoral dos *pessedistas* piauienses para a eleição do genro de Dutra, Mauro Renault, pelo Piauí. Renault foi eleito mesmo sem sequer ter ido ao Estado do Piauí, servindo esta situação, durante todo o seu mandato, como motivo de querela entre ele e os políticos piauienses da UDN, assim como a situação era motivo para algumas piadas e suspeitas sob o processo eleitoral em jornais de circulação nacional.

Mauro Renault recebeu o apoio eleitoral necessário para tornar-se deputado vindo da região norte do Estado, onde era notório os mandos políticos dos Freitas, segmento familiar político ligado ao PSD. Muitos políticos questionavam a licitude do processo eleitoral, em razão da peculiaridade da eleição de Renault no Estado. Mencionava-se o aparelhamento do Estado feito pelo ex-interventor que, possivelmente, fazia vistas grossas para as irregularidades no processo eleitoral daquela região. São suspeitas apontadas nos jornais da oposição, mas que não devem ser desconsideradas na análise daquele processo eleitoral. A confusão entre o público e o privado, a apropriação da máquina pública para fins pessoais ou partidários, somado a um

discurso político que apela à memória como ferramenta de discurso, constitui uma *cultura política* importante no Piauí daquele momento.³¹

Referências bibliográficas:

ASSUNÇÃO, Rosângela. *A política trabalhista na Era Vargas e a construção da memória dos portuários de Teresina (1930 – 1954)*. Dissertação (Mestrado em História). Teresina: Universidade Federal do Piauí, 2005.

BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: *Para uma história cultural*. Direção de Jean-Pierre Rioux e Jean-François Sirinele. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. Cap 20, p. 349-359.

CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*. 3. ed. Tradução de Ephaim Ferreira Alves. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

FERREIRA, Jorge. *O Imaginário Trabalhista, Getulismo, PTB e Cultura política popular (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O tempo do Nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GOMES, Ângela Maria de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 329 p.

GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Dicionário Histórico-biográfico Piauiense*. Teresina: Gráfica e Editora Júnior Ltda, 1993. 2º ed. 304 p.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução Laís Teles Benoir. São Paulo: Centauro, 2004.

MELO, Leônidas de Castro. *Trechos do meu caminho*. COMEPI, 1976.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. *A Revolução de 1930 no Piauí: 1928-1934*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

_____. *A cidade sob o fogo: modernização e violência policial em Teresina (1937-1945)*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2002.

NORA, Pierre. *Entre Memória e História: A problemática dos lugares*. Tradução de Yara Aun Khoury. São Paulo: Projeto História. (10). Dez. 1993.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Tradução de Dora Rocha Flaksman. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989, p. 3-15.

³¹ Cf. BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: *Para uma história cultural*. Direção de Jean-Pierre Rioux e Jean-François Sirinele. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. Cap 20, p. 349-359.

SOUZA, Maria do Carmo Campello. “*Do Estado Novo ao regime de 1946*”: Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964). São Paulo: Alfa-Ômega, 1976. p. 104-136